AS ESPACIALIDADES PRETÉRITAS DA MANAUS DA *BELLE ÉPOQUE:* GEOGRAFIAS E HISTÓRIAS DO URBANO NA AMAZÔNIA.

OLIVEIRA, José Aldemir de – UFAM - jaldemir@ufam.edu.br

O texto resulta da pesquisa em andamento sobre a cidade de Manaus desde 1920 aos dias atuais, cujo primeiro livro foi lançado no final de 2003. A parte inicial da pesquisa abrange o período de 1920 a 1967, considerado, na maioria dos estudos, como o "período da cidade em crise na Amazônia", ou a cidade como letárgica. A questão central da pesquisa é discutir a construção da cidade na Amazônia no período seguinte à crise da borracha, bem como analisar se tal processo se caracteriza como produção do urbano na periferia. O foco da pesquisa é a cidade de Manaus, e o ponto de partida a compreensão do significado da paisagem urbana, concluindo-se que é necessário compreender as cidades amazônicas para além da paisagem aparente.

Introdução

Em relação ao método, cria-se a hipótese de que a interpretação dos espaços-tempos lentos são engendradores da paisagem urbana. Neste sentido, Manaus revela, de um lado, territórios pretéritos que se caracterizam pela predominância de movimentos lentos a serviço de atividades tradicionais e, de outro, territórios novos que comportam movimentos rápidos com atividades fluidas impostas pela modernização.[1]

No período analisado, (final do século XIX e início do século XX), são diversos os agentes produtores do espaço urbano. Todavia, tenta-se desvendar a cidade a partir de uma totalidade que está no nível do poder. Não de um poder especulativo, mas do poder que se articula a partir do Estado. Pois, como nos afiança Henri Lefebvre (1977: 244), "é no nível do Estado que se situam os pensamentos estratégicos que utilizam, bem ou mal, consciente ou inconscientemente, as forças econômicas, sociais, ideológicas e políticas de que os atores dispõem". No nível do Estado são estabelecidas as políticas públicas que, como os demais fatores inerentes a uma dada sociedade, são datados, são contraditórios, não bastando apenas lançar um olhar sobre o passado que resgate essas políticas como recordações.

Portanto, sem se descuidar dos vários agentes produtores do espaço, a análise é direcionada ao entendimento do papel desempenhado pelo Estado por meio das políticas públicas. Ao mesmo tempo será verificado o entendimento das determinações do cotidiano, ou seja, a recuperação da história das espacialidades da cidade de Manaus, de onde podem emergir relações sociais que não se tornaram vencedoras, revelando os virtuais que não se transformaram em real, mas que se colocaram num determinado momento histórico como possibilidade de surgimento de outras formas de espacialização, diferentes das que se tornaram dominantes.

A resistência, em diferentes épocas, constitui-se, do ponto de vista socioespacial, no inconformismo com as novas relações sociais de produção que se impunham. Este processo é contínuo, mas não-linear, no tempo e no

---

[1] Tradicional/lento não significa necessariamente atraso, da mesma maneira que espaço fluido não significa progresso, mas a determinação de tempos diferentes.

espaço e reflete múltiplas dimensões da vida que se desenrola no espaço, das quais ficaram resíduos na paisagem urbana.

No caso da cidade de Manaus, há que se considerar que a mesma faz parte de uma realidade próxima, a Amazônia como um território datado e situado, da mesma maneira que podemos considerá-la como uma idéia, uma fábula, uma utopia. Para a Amazônia, conseqüentemente para Manaus, opõe-se, no plano internacional e em boa medida no plano nacional, o intervencionismo, o preservacionismo e, no plano local, a reterritorialização (Silva 1996). O intervencionismo e o preservacionismo caracterizam-se pela violência mesmo quando travestidos de solidariedade, já que a produção do espaço da Amazônia, com reflexos na produção do espaço urbano da cidade de Manaus contém o imaginário da recriação contínua que desconsidera as espacialidades pretéritas e as relações socioespaciais pré-existentes.

Adota-se como noção de paisagem urbana o resultado das determinações das políticas públicas e das relações sociais de produção, fazendo com que a paisagem citadina contenha vida, sentimentos e emoções traduzidas no cotidiano das pessoas. Tais relações concretizam-se em espacialidades da cidade real ou imaginária.

A Manaus da *belle époque*

Sem minimizar a crise, a pesquisa aponta para o entendimento de que a espacialidade da cidade na Amazônia, no período imediato ao apogeu da borracha caracterizada pela *belle époque,* se desenvolve pelo encadeamento de continuidades e rupturas, num sistema de ações que em alguns momentos são extraordinariamente dramáticos, marcados pela queda do preço da borracha e pela crise política.

O apogeu da borracha na Amazônia ocorreu entre 1880 a 1910 período que coincide com a *belle époque* que se caracteriza pelo crescimento econômico, o avanço das técnicas no território e também pelo aumento dos males sociais nas cidades, em diferentes partes do mundo. Como assinalado por autores que estudaram o período no Brasil e na Amazônia, a *belle époque* significou a euforia do triunfo da burguesia no final do século XIX, quando parte da população das cidades incorporou as conquistas materiais e tecnológicas. Do ponto de vista da espacialidade, significou a ampliação das redes de comercialização que resultaram na incorporação à dinâmica da economia internacional de vastas áreas antes isoladas (DAOU, 1998; SEVCENKO, 1999).

O caminhar por determinadas ruas da cidade de Manaus revela-nos alguns poucos casarões, prédios públicos, ruas, pontes e construções datadas do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX. Mas isso é apenas o início e o imediato, que é sempre o (relativamente) simples; por conseguinte é também o começo, como sustenta Henri Lefebvre. Mas a simplicidade da sensação pode se revelar aparente, pois o conhecimento sobre a cidade de Manaus deste período não pode parar no imediato, deve ir mais longe na busca de que por trás desse imediato (conjunto arquitetônico) existam outras coisas e objetos que ao mesmo tempo se dissimulam e se expressam. A Manaus que se segue à crise da borracha não é apenas um produto do seu tempo, mas de tempos passados cristalizados na paisagem. Por seu turno, a paisagem urbana não se resume aos objetos construídos por homens e

mulheres, pois abarca também os modos de vida que, como os objetos, são resultantes das relações de produção continuamente produzidas, reproduzidas, criadas e recriadas, contendo as dimensões da sociedade de cada tempo.

A geografia da " longa decadência"

A espacialidade da cidade de Manaus, a partir de 1910, é resultado do apogeu e do declínio da borracha. A produção do espaço da cidade desenvolveu-se menos sob influência de suas condições geográficas do que pelo impulso que adquiriu com o crescimento econômico determinado pela produção e exportação da borracha. Manaus esteve, no período áureo da borracha, mais ligada ao mercado externo do que ao mercado nacional. Portanto, a espacialidade produzida em Manaus no período da borracha, mais do que uma determinação nacional foi uma determinação do exterior. Isso não significa subtrair e desconhecer que havia uma minoria interna que se beneficiou de todo o processo de exploração do látex.

Do ponto de vista das finanças públicas, em 1910, Manaus era uma cidade em crise, que se acentuou a partir de 1912. Até essa data a cidade de Manaus viveu sob os efeitos imediatos do *boom* da borracha, que tinha no látex o principal produto, e que se completava numa economia voltada para a exportação de matérias-primas e gêneros tropicais. Essa característica da economia na Amazônia estava inserida na transição da economia brasileira do século XIX para o século XX baseada na produção agrícola compartimentada e distribuída pelas várias regiões do Brasil. Como assinala Caio Prado Júnior, cada uma das Regiões desenvolve a monocultura de maneira isolada e produz quase que exclusivamente para exportação. O principal produto de exportação brasileira no período foi o café, vindo a seguir a borracha.

A borracha representou, em média, 28% dos recursos de todas as exportações brasileiras no período. Em 1910, a produção da borracha atingiu 38.177 toneladas e divisas na ordem de 24.646.000 libras esterlinas, representando quase 40% das exportações brasileiras (PRADO JÚNIOR, 1976: 239). No ano seguinte, chegou ao ponto mais alto da produção, com 44.296 toneladas, sendo responsável por divisas da ordem de 25 milhões de libras esterlinas (REIS, 1997: 111). Considerando que neste período grande parte da borracha produzida no Brasil provinha da Amazônia, esse dado é tanto mais significativo quando se considera que a população da região em 1910 era estimada em 1.217.024 habitantes que representava cerca de 5,3% da população do Brasil.

A partir de 1911 ocorreu declínio da produção e dos preços, atingindo, em 1920, quase a metade da produção de látex de 1911, com 23,8 toneladas, cotada a l$350 réis, quando em 1910 atingira 17$800 réis. A queda dos preços decorreu especialmente do fato de a borracha produzida nas colônias inglesas do Sudeste asiático entrar no mercado com grande produtividade e menores preços.

O aumento da produção da borracha e o crescimento da demanda externa, ocorridos nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, de um lado representaram grande crescimento econômico, de outro acentuaram as características de uma sociedade conservadora, baseada exclusivamente na exportação de produtos naturais. Predominou, no período, a lei da selva, e pode-se sustentar que a riqueza produzida na Amazônia, na época da borracha, provinha de dois líquidos: da seiva da *hevea brasiliensis* e

do sangue dos seringueiros (OLIVEIRA, 2000, p. 200). A jornada de trabalho de um seringueiro começa na madrugada e encerra-se ao anoitecer estendendo-se por cerca de 15 horas diárias (BRASIL – BASA, 1967: 201).

Sobre o trabalho dos seringueiros, é insuspeito o escrito de Djalma Batista:

> Esse ciclo constitui, de qualquer maneira, uma grande transformação na vida da Amazônia Brasileira, em todos os sentidos, representando com segurança o nosso capítulo de grandeza e de miséria. A ele devemos a ocupação da terra, o desalojamento dos últimos resquícios dos nativos, a febre do ouro que empolgou a população, a Revolução Acreana, crueldades inomináveis, mortes por assassinatos ou por doenças mais ou menos evitáveis, desperdício, loucuras e, sobretudo saldo de pobreza indescritível para a grande massa populacional, que se estendeu sobre todas as Amazônias, mas foi profunda no interior, onde o homem sempre viveu no meio de grandes limitações. 'A população se divide em duas partes bem desiguais, a que trabalha e é regular em número, e aquela porção menor, dos que vivem a explorar a primeira'. A parte que realmente trabalha é a que não pode acumular reservas nem economias que a tornasse independente (BATISTA, 1976: 131).

O texto de Djalma Batista demonstra a posição crítica de um humanista. No entanto, cabe observar que, apesar disso, carrega forte dose de determinismo ecológico (ROOSEVELT, 1991: 103), ou seja, as dificuldades impostas ao homem no interior da Amazônia seriam determinadas pela natureza. Embora uma parte significativa da mão-de-obra proviesse da Região Nordeste, não foram as condições naturais os fatores determinantes das precárias condições de vida no interior da Amazônia e nas suas cidades no período áureo da borracha, mas as relações sociais de produção impostas nos seringais e na cadeia produtiva. A exploração nos seringais era garantida por seguranças armados, que montavam guarda para impedir a fuga de seringueiros com débito no barracão, os quais tinham a colaboração da policia oficial, remetendo de volta aos seringais aqueles que conseguiam fugir.

É possível sustentar que as relações sociais predominantes na Amazônia foram determinadas à região, em última instância, por interesses exógenos, mais precisamente dos países centrais, em especial Inglaterra e Estados Unidos, e que essas relações sociais não podem a rigor ser classificadas como relações capitalistas, embora a lei mais geral de reprodução fosse calcada no mercado e atendesse às exigências que o capital mercantil impunha para a comercialização de matérias-primas. O uso do dinheiro como moeda era restrito, sendo as relações comerciais baseadas na troca de látex por produtos semi-manufaturados e alimentícios. O capital do seringalista era fictício, pois na maioria das vezes era aviado (financiado) pela casa aviadora (SANTOS, 1980: 151) que, por seu turno, dependia de crédito dos grandes exportadores. Além disso, praticamente não existia o trabalho assalariado, considerando-se as atividades diretamente envolvidas na produção da borracha no seringal.

A maneira como se desenvolveu espacialmente a atividade de extração do látex, dispersa e isolada nos altos vales dos rios, contribuiu para a existência de um vínculo quase que exclusivo do seringueiro com o barracão e restringiu as possibilidades da utilização do dinheiro. Em decorrência, generalizou-se o aviamento como meio de troca nos seringais, contribuindo para a preservação da hierarquia do poder existente, reforçando e garantindo a dependência do seringueiro ao barracão, do seringalista à casa aviadora e do aviador às casas exportadoras.

O trabalho nos seringais estava muito mais baseado em relações de coerção determinadas pela escravidão por dívida (REIS, 1997: 177). Em decorrência, se "engendrou uma moralidade própria eminentemente característica dos seringais em que se instituía uma disciplina extra-financeira com catálogo de punições e a condenação dos desvios de produção" (SANTOS, 1980: 152).

A decadência não está apenas no plano econômico, mas principalmente no aspecto político. Isso decorre da compreensão de que a produção do espaço não é apenas uma determinação da natureza, tampouco resulta somente das relações econômicas, nem apenas pela determinação das relações de produção, mas pelas especificidades da própria produção da sociedade e pelas características do espaço, aí inclusas dialeticamente as determinações da natureza e da sociedade. São as relações socioespaciais resultantes do conhecimento acumulado que criam as possibilidades de estabilidade e de ruptura. Tais relações foram destruídas, mas foram recriadas a partir de novas dimensões. Entretanto, "se por um lado era necessário que as condições de existência do antigo modo de vida fossem destruídas, com efeito, era igualmente necessário que preexistissem os elementos constitutivos do novo modo de vida, materialmente e em idéia" (GRANOU, 1975: 63).

O desempenho da borracha na última década do século XIX e na primeira do século XX deve-se em primeiro lugar a quase exclusividade da Amazônia na sua produção, em segundo lugar à conjuntura externa como o incremento da indústria e o desenvolvimento dos meios de transportes, que contribuíram para o crescimento do comércio internacional. Aliada a esses aspectos, há a vulcanização da borracha.

A decadência correspondeu a um longo processo que teve início em 1907, quando ocorreu queda significativa dos preços da borracha em decorrência do excesso de estoques no mercado externo, ocasionado pela entrada, de modo mais agressivo, da borracha asiática no comércio internacional e pelo aumento do uso, pelas indústrias americanas, da borracha recuperada que determinou o aumento dos estoques. Apesar da entrada da borracha asiática, os preços se recuperaram entre os anos de 1908 e 1910. Entretanto, a partir de 1913, atingiram seus níveis mais baixos, o que fez com que a borracha silvestre na Amazônia chegasse, em 1916, a uma produção maior do que a quantidade exportada (LOUREIRO, 1986: 15/41).

No plano político local, havia uma elite incapaz de criar condições para dar o salto do extrativismo para a industrialização, apesar de todo os fluxos de recursos ocorridos nas duas décadas anteriores. Essa constatação não significa sustentar que poderia ter-se um processo semelhante ao ocorrido em São Paulo, pois há que se considerar as especificidades do lugar a não permitirem isso, mas a verdade é que, no período do *boom* da borracha, importavam-se bens que poderiam ser produzidos na região, pelo menos para abastecer o próprio mercado, como de certa forma ocorreu em Belém. A esse respeito, Roberto Santos faz referência ao número de estabelecimentos e ao pessoal ocupado na atividade industrial, em 1907, nos Estados do Pará e do Amazonas. Os dados demonstram que, no Pará, havia 54 estabelecimentos e, no Amazonas, 92. No entanto, o número de empregados e os investimentos no Pará eram superiores aos do Amazonas em decorrência da maior estabilidade do setor (SANTOS, 1980:190).

Como ocorre ainda hoje, após a derrocada surgem as autocríticas, como

sempre buscando solução a partir de ações de fora. Em documento de 1913, a Associação Comercial encaminha ao Governador do Estado, Jonhatas Pedrosa, uma análise da situação, ao mesmo tempo em que faz uma autocrítica e solicita providências:

> Durante meio século a borracha amazônica assombrou a todo o mundo com os seus preços elevados e com o seu augmento de consumo. A sua então certeza de não encontrar competidores devia forçosamente perturbar a nossa vida financeira e econômica. Optimistas quanto ao futuro, multiplicavam os encargos do erário público confiantes no seu desdobramento, que a todos se afiguram inexorável e sem receio de competência. O comércio amazônico fez a mesma cousa. Abriu novos mercados e expandiu-se além dos limites traçados às suas forças. (...) Ninguém mais se lembrou dos plantios antigos, em que tanto floresceu noutros tempos, a policultura do Extremo Norte. Os lucros extraordinários da nossa monocultura não deixaram tempo, nem permittia a ocupação em qualquer outro ramo da agricultura e da lavoura. Nestes últimos trinta annos, têm havido diversas crises e algumas de repercussão até bastante intensa. Porém, as condições excepcionais do nosso produto nos mercados consumidores, de que era árbitro e a tendência especulativa dessas crises, impediram que se realizasse, nas praças da Amazônia, a deblacle de que se vêm ameaçadas pelas circunstâncias diversas daquellas, que prepararam e desenrolaram as crises a que nos referimos. A crise actual é doutra especie e traz sua origem no excesso e na pletora da produção. Mas não é já a Amazonia que fornece esse excesso e essa pletora, e sim o Extremo Oriente. (...) Como V.Ex.ª bem sabe, os competidores asiaticos organizaram o plantio intensivo das nossas heveas com methodo, abundancia de capitais e facilidade de mão-de-obra. Com toda a previsão mathematica estabeleceram que decorridos estes últimos seis annos as suas safras attingiriam algarismos fabulosos. Com effeito, as toneladas de plantio multiplicam-se vertiginosamente. Ao contrario succede ao seu similar amazônico, que estaciona e tende a diminuir. Dentro de pouco tempo asseveram, dentro de alguns annos dar-se-á, talvez, a eliminação da procedência brasileira, à mingua de recursos e de amparos, nos mercados consumidores (REVISTA DA ACA, (62), 1913: 1-2).

O documento mostra a imprevidência e a falta de análise das condições objetivas do mercado da borracha, pois apesar da crise, percebe-se que os comerciantes locais ainda acreditavam na recuperação dos preços, embora soubessem que a borracha produzida na Ásia poderia ser vendida por um preço ainda menor. Isso aponta o despreparo e demonstra que só conseguiram acumular riqueza em decorrência da exploração da força de trabalho e das facilidades que no *boom* da borracha usufruíam. Por outro lado, também explicita a subalternidade em relação ao centro e em relação aos grandes exportadores que se encontravam no topo da cadeia produtiva e de exploração do látex.

A classe dirigente concentrada em torno da Associação Comercial no período refere-se aos tributos gerados à União pela Amazônia, ao mesmo tempo, que a região não recebia a contrapartida do Governo Federal. O Deputado Federal pelo Estado do Amazonas Luciano Coutinho denunciava no Parlamento que desde 1852 a Amazônia havia repassado ao Governo Federal mais de 1 milhão de contos de réis, enquanto as despesas da União na Amazônia não ultrapassavam 25% desse valor, ou algo como 250 mil contos réis (SANTOS, 1980: 195).

Mas, apesar disso, observa-se certa fragilidade nas articulações locais com vista ao estabelecimento de políticas consistentes visando à superação da crise, havendo ilusão quanto à retomada da produção e à qualidade superior da borracha produzida na Amazônia, não buscando medidas que levassem à superação efetiva dos problemas ocasionados pela produção racional dos

seringais asiáticos:

> Nos últimos mezes da safra anterior e os primeiros da actual têm sido dos mais interessantes e curiosos. Os plantadores do Oriente esperavam que o augmento da sua produção deixaria inteiramente à margem o seu similar amazônico. Essa previsão até agora não se concretizou. Pelo contrario, o consumo subiu na mesma proporção que a produção. A borracha amazônica, isto é, a sua qualidade fina, continua a ter a mesma procura e a receber a mesma preferência dos fabricantes (REVISTA DA ACA, (62), 1913: 2).

Nas primeiras décadas do século XX, a economia local foi mais influenciada pela conjuntura internacional que a nacional. No caso da borracha, a queda do preço se acentua a partir de 1912 e se agrava com o início da Primeira Guerra Mundial, quando as comunicações que já eram precárias praticamente cessaram no ano de 1914. Diante da "grande crise", as medidas adotadas pelo governo central, por meio da Lei 2543-A de 1912, e regulamentada pela Lei 9521 do mesmo ano, cria uma série de incentivos à borracha, desde saneamento, produção, industrialização até melhoria das condições de vida aos seringueiros. Estes até então estavam ausentes de planos e propostas, "se não eram totalmente esquecidos. Eram objeto de desprezo, de piedade, ou de ambas as coisas" (WEINSTEIN, 1993: 271).

Os propósitos contidos no instrumento legal bem como a determinação da criação da Superintendência para a Defesa da Borracha não saíram do papel, porque, no ano seguinte de sua criação, o Congresso Nacional negou recursos para sua implementação, com discurso inflamado do Senador paulista Francisco Glicério contra o plano de defesa da borracha, alegando que as despesas seriam elevadas. Em vista disso, o projeto nunca foi colocado em prática e as poucas atividades que tinham sido iniciadas foram abandonadas.

No final da primeira década do século XX, os preços da borracha continuaram declinantes, ao mesmo tempo em que a produção da borracha asiática aumentou, superando a produção da Amazônia. Chegou-se à década de vinte com a cidade de Manaus vencida, já que passara quase meio século com toda a economia voltada para a borracha sem terem sido criadas alternativas para a produção de uma cidade perene e, o que é mais espantoso, persistia a crença da revalorização da borracha nativa, permanecendo as mesmas formas que caracterizavam a produção no período áureo bem como todas as relações de produção foram mantidas, na perspectiva da sociedade extrativista que se apega aos processos anteriores sem capacidade de mobilização e de busca de novas alternativas.

Como assinala Arthur Reis (1997: 130), a queda do preço e da produção da borracha atingiu toda a estrutura econômica e social da Amazônia, especialmente os Estados do Amazonas e Pará, os dois principais produtores, com reflexos nas cidades, especialmente Manaus. A diminuição do preço e da produção determinou o abandono dos seringais e a migração da população envolvida no processo produtivo, que sem condições de retornar aos seus locais de origem, permaneceu em Manaus.

A geografia da " divina decadência"

Todavia, o espaço não se produz apenas pelas relações de classes, nem apenas pelas relações de produção, mas pelas especificidades de sua própria produção. Neste sentido a noção de espaço nos possibilita

compreender melhor esse processo, desde que se considere o espaço,

> (...) como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração de conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento (SANTOS, 1988: 26-27).

No caso da Amazônia, a maioria da população dispersa nos altos rios e submetida a precárias condições de vida, diante do intenso processo de exploração e em decorrência da diminuição da procura pelo látex, busca por meio do conhecimento acumulado sobre o espaço vivido, criar as possibilidades de permanência e de ruptura. A possibilidade de ruptura decorrente de uma compreensão da produção do espaço a partir de relações sociais de produção foi destruída, mas foram recriadas a partir de novas dimensões. Isso se dá tanto com os nordestinos, *os brabos,* que são arrancados de seu meio, de sua cultura, de seu modo de vida no Nordeste, mas que no interior da Amazônia, *amansam*, e conseguem reconstruí-las a partir de novas dimensões e de novas possibilidades.

De modo mais significativo isso ocorre com a população indígena e a população de caboclos e ribeirinhos. Uma das conseqüências do ciclo da borracha foi a destruição do território das populações indígenas à medida que a ampliação das áreas de exploração de látex se deu em decorrência da diminuição demográfica e territorial dos índios. É este processo com múltiplas contradições e conflitos que dá a dinâmica da sociedade e que explica, no caso da borracha da Amazônia, a criação de mecanismos alternativos criados pelas próprias populações, tais como ampliação de produtos extrativistas, produção agrícola nas várzeas, ações capazes de superar a crise da borracha.

Essas ações não estavam necessariamente num primeiro momento ligadas ao mercado, e significaram a produção de um espaço que não perdeu as qualidades naturais intrínsecas e as atividades econômicas relacionadas com a água (pesca), com a terra (agricultura em pequena escala) e com a floresta (atividades extrativas).

A crise da borracha explicita uma rede de circulação reveladora das relações de poder que não estavam restritas à produção da borracha. Todavia se ligavam fortemente a uma estrutura de poder baseada numa sociedade extrativista. Não se buscaram alternativas, por exemplo, na atividade industrial, mas na permanência das casas aviadoras locais que tentavam continuar ligadas aos interesses de grupos econômicos nacionais e internacionais, como pode ser inferido nas inúmeras manifestações explicitadas na Revista da Associação Comercial do Amazonas que se constitui fonte importante para a compreensão do discurso dos comerciantes, revelador do domínio do espaço por um certo segmento da classe dominante.

Essa talvez seja a principal característica da temporalidade e espacialidade amazônicas, a espera. O espaço-tempo na Amazônia, na perspectiva da sociedade nacional é sempre inacabado, é o nunca chegar ao ponto transitório. Aqui se está sempre à espera das migalhas que nos são postas pelos de fora, isso decorre do espaço-tempo da Amazônia se caracterizar pelo atraso, um processo que não se conclui, ações que não

chegam ao fim. “Não é uma história que se faz. É uma história sempre por se fazer” (MARTINS, 1994: 11). Na Amazônia, na visão das elites, a história não deve ser feita, deve ser esperada. A tentativa de retomada da economia da borracha se enquadra nesta perspectiva, pois três décadas de crise não contribuíram em nada para a busca de alternativas perenes para a Amazônia. Foi mais fácil esperar.

Espacialidade urbana e a crise da cidade

Na década de vinte, como resultado do *boom* da borracha, os serviços públicos urbanos como transporte, abastecimento de água, luz, telégrafo e porto eram concedidos para empresas privadas e explorados por companhias estrangeiras. As principais empresas concessionárias de serviço público em Manaus:

- Manaos Harbour Ltd., empresa inglesa que desde 1902 explorava o porto de Manaus;
- The Amazon Telegraph Company Ltd., que tinha a concessão do serviço de telégrafo desde 1895;
- The Amazon River Steam Navigation Company, empresa de capital americano que, em 1911, substituiu a subsidiária inglesa The Amazon Steamship Navigation Company Ltd., que possuía a concessão da navegação fluvial na bacia amazônica;
- Manaos Improvements Ltd., empresa com atuação nos serviços de água e esgoto;
- The Manaos Markets and Slaugterhouse que controlava o mercado e o matadouro;
- Manaos Eletric Light Company que teve a concessão de fornecimento de luz elétrica de 1896 até 1909, quando repassou a concessão para The Manaos Trailway and Light Company Ltd., que também passou a explorar o serviço de transporte urbano de bonde.

Os serviços não primavam pela qualidade (MESQUITA, 1997: 207-225) e a partir da década de vinte, com a crise da borracha, passaram a ser freqüentes as reclamações da população contra os serviços, além das críticas de empresários e até do Governo.

Bradford Burns, citando jornais da época, interpreta a posição dos empresários que criticavam, especialmente a partir da crise da borracha, os preços e a qualidade dos serviços. Contra a Manaos Harbour as críticas se referiam aos altos preços de cabotagem, bem como pela aparelhagem e pessoal insuficientes para atender o fluxo de mercadorias. O mesmo autor, citando a Revista da Associação Comercial do Amazonas de 1910, resume as principais reclamações dos comerciantes: aumento de taxas para carga e descarga; manuseio irregular, que forçava os navios a não cumprirem seus horários; atrasos no porto; equipamento insuficiente para atender o tráfego; falta de estivadores e espaço para armazenamento; incapacidade da empresa concessionária de oferecer serviço adequado e satisfatório (BURNS, 1966: 26).

Antes da década de vinte, os reclamos dos comerciantes e exportadores se voltavam também contra a The Amazon Telegraph Company Ltd., pelas constantes interrupções das comunicações, especialmente no período de safra. A empresa era acusada pela Associação Comercial de facilitar a especulação do preço da borracha. Antonio Loureiro, utilizando da mesma fonte de Bradford Burns, destaca a desconfiança dos comerciantes a respeito das constantes

interrupções dos serviços do telégrafo.

Tudo isso ocorria, em parte por serem as concessões negociadas com açodamento e na maioria das vezes com interesses pouco claros, resultando na criação de inúmeras vantagens para as concessionárias estrangeiras: tais como, juros baixos, subvenções, longos períodos de exploração, correção de tarifas, fiscalização negligente. Antes de l920, alguns Superintendentes Municipais de Manaus se posicionavam contrários a algumas concessionárias pela qualidade do serviço ou porque a exploração significava evasão no erário público.

Mesmo os serviços que não eram de responsabilidade de concessionárias não primavam pela qualidade. O recolhimento e incineração do lixo se constituía num dos serviços mais precários. A partir de 1920, vários contratos foram celebrados com pessoas e empresas e, no período de 1926 a l929 (na administração do Prefeito Francisco Araújo Lima), o lixo passou a ser recolhido em dois caminhões adaptados para a esse fim. Até 1926, o lixo era removido pelo sistema de tração animal em nove carroças, com dupla desvantagem: lentidão e exigüidade de carga. Neste período, o poder municipal discutiu a possibilidade de aproveitamento do lixo urbano como adubo a ser utilizado em projetos agrícolas desenvolvidos nas áreas rurais próximas à cidade. Em outros períodos não se observam referências à reciclagem do lixo urbano.

A cidade dos anos vinte estava mais preocupada com a crise que atinge especialmente as finanças públicas. Não se observam preocupações com políticas públicas urbanas que dêem conta da expansão ou da estagnação da cidade. Aceita-se simplesmente o curso dos acontecimentos como um fenômeno contingencial, inevitável, o que parece torná-lo inquestionável, não cabendo discuti-lo, o que garantiria a dimensão política à espacialização da cidade. Não se pode dizer também que se deu tratamento técnico. Percebe-se que as políticas públicas eram de curtíssimo prazo e davam conta da resolução dos problemas da cidade e/ou pessoais e não a aplicação de um plano capaz de solucionar problemas coletivos articulado a um planejamento preventivo, capaz de pensar a cidade para além do aqui e do agora.

Considerações finais

A Manaus da época da borracha é a cidade dos poderosos, no auge ou na crise, é sempre a cidade harmônica. É a "cidade do Fausto", (DIAS, 1999) do poder, da harmonia. É a cidade sem problemas - pretendida, desejada e imaginada e, em alguns casos, vivida pela elite extrativista. É a Manaus das avenidas, dos cafés, do teatro, dos palacetes, de um urbanismo higienizado e organicista, fruto de uma racionalidade que se estabelece a partir da abertura de ruas e de aterro de igarapés. Um urbanismo cuja finalidade era a busca por meio da técnica de soluções para alguns dos problemas de uma cidade assinalada por profundas desigualdades sociais. Este urbanismo racional, mas não necessariamente funcional, é vazio de referências e carente de memória. Esta Manaus, mais que uma cidade real, fazia parte do imaginário da elite extrativista.

A espacialização que se concretizou para uma minoria só foi possível pela riqueza produzida pela borracha. A Manaus da *belle époque* era a cidade genérica em que o tempo cristalizou no espaço experiências fundamentais para compreender a história da e na cidade, mas não era necessariamente a cidade

real. Na maioria das vezes, de maneira desordenada, as políticas públicas urbanas conseguiram estabelecer as condições de produção e reprodução da cidade para o atendimento dos interesses hegemônicos. O espaço urbano aparece como resultado de processos geradores de formas e funções modificadoras da cidade encravada no meio da selva. No entanto, jamais significou um espaço transformado para todos, era privilegio de uma minoria. Os pobres da cidade não eram considerados, a cidade era sempre apresentada em largo cenário onde só a elite tinha rosto e se destacava na paisagem.

Os pobres da cidade eram ninguém, seus rostos queimados pelo sol e suas mãos calejadas pelo manuseio de pedras e tijolos das grandes construções, seus corpos impregnados do odor da borracha não contam na espacialização da cidade. Eles são os outros e a cidade moderna não tinha lugar para eles. A cidade estava capturada pelo mercado, sendo o seu espaço não apenas a mediação, mas e principalmente a descontinuidade do cotidiano programado em que predominava o tempo contínuo da produção do lucro. A cidade do período da borracha era um simulacro.

Os melhoramentos da infra-estrutura urbana quase sempre excluíam as periferias produzindo uma verdadeira alienação do morador pobre em relação à cidade que estava sendo produzida. É por essa e outras que a elite extrativista, até os anos vinte, concebia e imaginava Manaus como a “Paris dos Trópicos”. A cidade das obras suntuosas, assim como a riqueza, a ostentação e a cultura da elite tornam-se postiças. A imitação dos estilos de fora considerados “civilizados” só foi possível numa sociedade marcada por um processo de colonização cuja principal característica foi a destruição da natureza e da cultura local. Por isso, no período áureo da borracha engendrou-se uma cidade e uma sociedade sem estilo, porque o copiara e como tal perdera, e o perdera porque só o tivera precariamente (MARTINS, 1992: 11). Do outro lado, o viver e o vivido da maioria da população havia sido confinado aos seringais e ao espaço segregado das periferias da cidade.

A cidade que se seguiu a *belle époque* estava em crise, embora mantivesse a ostentação dos magníficos casarões resultantes do fastígio da borracha, superpondo-se à pobreza evidente da maioria sempre crescente. Com a crise, veio à tona a cidade dos vencidos, das contradições e dos conflitos e surgiram os trabalhadores dos grotões, do outros lados dos igarapés e do outro lado do rio, emergindo os bairros onde os moradores buscavam se constituir como novos sujeitos da produção do espaço urbano. Para esses sujeitos a crise da cidade tinha outra dimensão e não se enquadravam nem nas determinações da elite extrativista nem nas do Estado.

Neste sentido, a espacialização que se foi produzindo a partir *belle époque* na cidade de Manaus correspondeu também às reações coletivas e aos conflitos que passavam pela cultura, pela memória, por gestos, ou seja, por ações concretas dos vários agentes sociais que constituíram resistência coletiva à tendência homogeneizante que se lhes impôs.

Portanto, a crise da cidade de Manaus no período que se seguiu à *belle époque* não é homogênea, não atinge a todos igualmente e em alguns casos nem mesmo se faz notar. A dimensão social desse processo é, sobretudo, uma dimensão espacial, sendo, por isso, concebida como uma prática socioespacial, tendo a cidade como o lugar da ação.

Referências bibliográficas

BATISTA, Djalma - O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Conquista, 1976.

BRASIL. Banco da Amazônia e Universidade Federal do Pará. Desenvolvimento Econômico da Amazônia. Belém, 1967. (Coleção Amazônica – série Augusto Montenegro).

BURNS, E. Bradford - Manaus 1910: retrato de uma cidade em expansão. Manaus: Edição do Governo do Estado, 1966.

DAOU, Ana Maria Lima – A cidade, o teatro e o "Paiz das Seringueiras": práticas e representações da sociedade amazonense na virada do século XIX. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1998. (Tese de Doutorado).

DIAS, Edinea Mascarenhas - A ilusão do Fausto - Manaus 1890 - 1920. Manaus: Editora Valer, 1999.

GRANOU, Andre - Capitalismo e modo de vida. Porto: Afrontamento, 1975.

LEFEBVRE, Henri – Lógica formal e lógica dialética. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileira, 1991.

_____ - A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo; Ática, 1991.

LOUREIRO, Antônio José Souto - A grande crise (1908-1916). Manaus: Edição do Autor, 1986.

MARTINS, José de Souza - Subúrbio, Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo. São Paulo: Hucitec; São Caetano: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992.

_____ - O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MESQUITA, Otoni Moreira de - Manaus: História e Arquitetura - 1890-1910. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

OLIVEIRA, José Aldemir de – Cidades na selva. Manaus: Valer, 2000.

_____ - Manaus de 1920 – 1967: a cidade doce e dura em excesso. Manaus: Valer; Governo do Estado do Amazonas; EDUA, 2003.

PRADO JUNIOR, Caio - História econômica do Brasil. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

REIS, Arthur Cezar Ferreira O seringal e o seringueiro. 2. ed. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas/Governo do Estado do Amazonas, 1997.

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS. Manaus, 10.8.1913. Anno VI - número 62.

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS. Manaus, 10.10.1925, número 126.

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS. Manaus, 10.11.1932, número 187.

ROOSEVELT, Anna C. – Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento social indígena da Amazônia. In: NEVES, Walter A (org) Origens adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia. Belém: MPEG/CNPq, 1991. 104-141.

SANTOS, Milton - Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Roberto - História Econômica da Amazônia: 1800-1920. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SEVCENKO, Nicolau – Literatura como missão. São Paulo: Brasiliense, 1999.

WEINSTEIN, Bárbara – Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: Hucitec; EDUSP, 1993.